

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2005



CONTEÚDO

Quadro I – Balanço Patrimonial	02
Quadro II – Demonstração do Resultado do Exercício	04
Quadro III – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	05
Quadro IV – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	07
Quadro V – Demonstrativo da Composição Acionária do Capital Social	08
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	09
Parecer da Auditoria Independente	15
Relatório da Administração	17



QUADRO I

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

		R\$
.=	2005	2004
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	146.465	438.332
Aplicações financeiras	2.061.391	2.003.833
Contas a receber de clientes	988.128	1.407.221
Estoques	65.235	34.654
Despesas antecipadas	50.903	91.726
Adiantamentos concedidos	52.268	38.415
Imóvel desapropriado em fase de recebimento	159.929	230.214
Tributos a recuperar	189.480	164.745
Outros créditos e valores	439.499	473.859
	4.153.298	4.882.999
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Desapropriação de imóveis a receber	2.388.528	2.522.820
Valores bloqueados pela Justiça	1.382.414	1.073.307
Cobranças judiciais	1.835.837	1.816.156
Depósitos judiciais	453.619	603.214
Valores a receber de imóveis vendidos	0	100.722
Outros créditos e valores	81.680	16.091
Provisão para devedores duvidosos	(618.138)	(584.844)
	5.523.940	5.547.466
PERMANENTE		
Imobilizado	37.482.571	40.584.921
TOTAL DO ATIVO	47.159.809	51.015.386
IOTAL DO ATIVO	47.103.009	01.010.300



QUADRO I

(continuação...)

		R\$
	2005	2004
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	340.402	456.223
Salários e contribuições previdenciárias	722.212	689.005
Obrigações tributárias	242.075	192.711
Parcelamentos a pagar	290.490	1.202.093
Parcelamento REFIS	225.000	225.000
Provisão para contingências	2.500.000	2.500.000
Outras obrigações a curto prazo	74.554_	399.864
	4.394.733	5.664.896
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Provisão para Contingências	1.927.152	3.634.261
Parcelamento REFIS	5.630.337	5.468.312
Provisão para tributos a recolher	673.261	617.898
Parcelamentos a pagar		280.807
-	8.230.750	10.001.278
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	161.176.620	161.176.620
Prejuízo Acumulado	(126.642.294)	(125.827.408)
1 Tojuizo 7 todinalado	34.534.326	35.349.212
	<u></u>	00.070.212
TOTAL DO PASSIVO	47 150 900	E1 01E 200
IOTAL DO PASSIVO	47.159.809	51.015.386



QUADRO II

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		R\$
	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Venda de Mercadorias e Serviços	14.259.901	15.385.795
Deduções de vendas e de prestação de serviços		
Deduções da Receita	(1.508.760)	(1.539.870)
COFINS Não Cumulativa	(1.056.203)	(1.106.809)
PIS Não Cumulativo	(229.212)	(247.828)
ISSQN	(450.529)	(466.438)
ICMS	(55.684)	(65.994)
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	282.868	347.199
Receita Operacional líquida	12.751.141	13.845.925
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		
Custos dos serviços prestados	(7.762.338)	(8.056.330)
LUCRO BRUTO	4.988.803	5.789.595
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	(3.967.370)	(3.767.951)
Reversão de provisões constituídas	(0.007.107.0)	344.754
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	1.996.571	1.717.943
Receita (despesa) financeira líquida	247.371	(386.271)
Depreciação	(3.335.850)	(3.517.455)
	(5.059.278)	(5.608.980)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(70.475)	180.615
Resultado não operacional		
Alienação de imóveis	(311.890)	1.813.972
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(382.365)	1.994.587
Imposto de Renda e Contribuição Social		(8.257)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(382.365)	1.986.330
Lucro (prejuízo) líquido por ação (lote de mil ações)	(0,009)	0,05



QUADRO III

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		R\$
	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS		
NAS OPERAÇÕES		
Lucro do exercício		1.986.330
Despesas (receitas) que não afetam o Capital Circulante		
- Reversão de provisão		(344.754)
- Atualizações e juros do Exigível a Longo Prazo	372.038	449.474
- Prejuízo na venda do Imobilizado	311.890	
DE ACIONISTAS		
Integralização de Capital		2.000.000
intogranzação do Supritui		2.000.000
DE TERCEIROS		
Redução do Realizável a Longo Prazo	1.182.603	813.110
Alienação de Imobilizado	246.256	1.954.901
Transferência de obrigações do Circulante para o longo prazo		617.899
Aumento do Exigível a Longo Prazo	55.363	
TOTAL DAS ORIGENS	2.168.150	7.476.960
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Prejuízo do exercício	382.365	-
Lucro na venda do Imobilizado	0021000	1.813.971
Ajustes de exercícios anteriores	375.328	-
Ajustes ao resultado	0,0.020	
- Depreciação	(3.335.850)	(3.517.455)
- Variação Monetária Passiva	52.656	250.928
Aumento do Realizável a Longo Prazo	1.159.077	1.398.769
Adições de Imobilizado	796.183	1.032.069
Provisões do Exigível a Longo Prazo		
Diminuição do Exigível a Longo Prazo		723.192
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	2.197.929	3.316.306
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.627.688	5.017.780
ALIMENTO (DEDUÇÃO) DO CADITAL CIDOU ANTE LÍQUIDO	E40.462	2.450.100
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	540.462	2.459.180



QUADRO III

(continuação...)

		R\$
	2005	2004
Ativo Circulante		
- No início do exercício	4.882.999	1.392.809
- No fim do exercício	4.153.298	4.882.999
	729.701	3.490.190
Passivo Circulante - No início do exercício - No fim do exercício	5.664.896 4.394.733	4.633.886 5.664.896
	1.270.163	1.031.010
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	540.462	2.459.180



QUADRO IV

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

			R\$
	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	159.176.620	(127.742.482)	31.434.138
Integralização do Capital	2.000.000		2.000.000
Ajustes de exercícios anteriores	-	(71.256)	(71.256)
Resultado líquido do exercício	-	1.986.330	1.986.330
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	161.176.620	(125.827.408)	35.349.212
Ajustes de exercícios anteriores		(432.521)	(432.521)
Resultado líquido do exercício		(382.365)	(382.365)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	161.176.620	(126.642.294)	34.534.326



QUADRO V DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

16,43 16,43 152.909.684,03 3.126.805,56 335.296,78 50.94 16,43 16,43 149.255.062,94 154.144,82 19.125,24 19.107,20 161.176.620,00 8.266.935,97 VALOR (R\$ ATUAL 100,00000000000 94,8708838974 92,6034203596 0,0000101938 0,0000101938 0,0000101938 0,0000030836 0,0000020536 0,00000020536 0,0000020536 0,0000020536 5,1291161026 0.0956372084 0,0118660138 0,0000101938 0,2080306561 0,0118548211 % PARTICIPAÇÃO 1,939987052 0,000031605 CAPITAL TOTAL 0,000002053 1,9416652745 0,0000102016 0,0000102016 CAPITAL VOTANTE 100,0000000000 97,7305749345 0,2082106200 0,0118762813 0,0118650784 0,0000316348 0,0000102016 0,0000102016 0,0000030850 0,0000020576 0,00000020576 0,0000020576 0,0000020576 % PARTICIPAÇÃO 0,0957199397 0,0000020576 742.667.252 3.902 3.902 3.902 38.248.984.609 37.380.952.565 36.611.905 3.902 1.180 4.542.557 4.538.272 12,100 787 787 1.963.531.952 40.212.516.56 OTE DE AÇÕES DATA EMISSÃO 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 22/12/1993 CAUTELA CAUTELA 365 366 367 363 364 376 362 360 26 361 VICENTE PAULA. PINTO (Espólio) COOP. CONS. SERVIDORES DER AGRIPINO ABRANCHES VIANA IOSÉ KALIL SALES LACERDA HUMBERTO ELRICK LADEIRA MINAS CAIXA (Massa Falida) CAPITAL INTEGRALIZADO ACIONISTAS MARCOS ABREU SILVA ACÕES PREFERENCIAIS AFONSO M. N. FILHO AÇÕES ORDINÁRIAS HIGINO V. FONSECA RAIMUNDO MENDES BANCO BEMGE S/A GOVERNO FEDERAL RURALMINAS CREDIREAL CONAB ORDEM N° DE 10 4 9 9 ω LC)

CASEMG - CIA. DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS COMPOSIÇÃO DO CAPITAL - Posição em 31/12/2005 ACÕES SEM VALOR NOMINAL



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os princípios contábeis previstos na legislação societária e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para os direitos e obrigações, observado o princípio do conservadorismo. Essas estimativas abrangem vida útil dos ativos imobilizados e para perdas com contingências, entre outras.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. Incluem, também, os ajustes de ativos a valor de mercado ou de realização, inclusive a provisão para fazer face às perdas prováveis na realização de contas a receber de clientes e de terceiros, quando necessário.

(c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, líquido de Imposto de Renda na Fonte, em linha com o valor e as taxas praticadas pelo mercado.

(d) Provisão para créditos duvidosos

Constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de valores a receber em curto prazo e a processos que estão em cobrança judicial.

(e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, atualizações monetárias e provisões para prováveis perdas.



(f) Imobilizado

O imobilizado da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 com base em índices oficiais, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10.

(g) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(h) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no resultado contábil apurado mensalmente, ajustado por adições e exclusões a este resultado, e sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social, sendo 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 20.000 mensais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de R\$ 988.128 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 1.407.221 em 31 de dezembro de 2004) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2005	POSIÇÃO EM 2004
Alfenas	32.565	45.142
Araguari	22.371	24.688
Bonfinópolis	0	6.586
Buritis	7.762	0
Capinópolis	33.211	90.984
Centralina	5.500	91.701
Conceição das Alagoas	0	44.950
Frutal	64.830	90.275
Ipiaçu	4.568	12.186
Ituiutaba	36.125	47.350
Monte Carmelo	58.366	80.863
Paracatu	64.315	100.832
Passos	0	141.145
Patos de Minas	89.560	68.181
Patrocínio	168.216	130.321
Sacramento	39.561	28.518
Santa Vitória	11.724	35.846
Tupaciguara	21.570	66.108
Uberaba	53.190	106.276
Uberlândia	232.863	111.826
Unaí	41.831	83.443
TOTAL	988.128	1.407.221



4. OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Referem-se basicamente à concessão de direito real de uso de imóveis no valor de R\$ 161.677 e à venda dos imóveis na cidade de Unaí, ocorrida em 2004, pelo valor total de R\$715.001, para pagamento em 24 meses, Bocaiúva e Jaíba, alienados em 2005 por R\$ 81.000 e R\$ 162.040, para pagamento em 2005 em 09 e 07 parcelas, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2005 restam a serem recebidos R\$ 213.159, da seguinte forma:

				(R\$)
	Unaí	Bocaiúva	Jaíba	Total
Valores a receber no curto prazo	168.801	26.032	18.326	213.159

5. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL

		RŞ
	2005	2004
Prefeitura Municipal de Gov.Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
Prefeitura Municipal de Muriaé	1.235.681	1.235.681
Prefeitura Municipal de Centralina	9.401	9.401
	2.388.528	2.388.528
(-) Provisão para perdas	(254.730)	(254.730)
	2.133.798	2.133.798

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelos assessores jurídicos da companhia.

6. COBRANÇAS JUDICIAIS

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2005, de R\$ 1.835.837, decorre de valores a receber relativos à concessões de direito real de uso e duplicatas à receber em cobrança judicial.

		R\$
	2005	2004
Prefeitura Municipal de Frutal	888.174	888.174
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	99.585
Usapanos Panos Limpeza	209.230	209.230
Iconomil	135.421	135.421
Líria de Cássia Salomão	34.802	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.403	22.402
Valdir José Faria	1.287	1.287
Outras valores em cobrança judicial	101.349	81.668
	1.835.837	1.816.155
(-) Provisão para perdas	(363.408)	(299.241)
	1.472.429	1.516.914

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelos assessores jurídicos da companhia.



7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 453.619 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face à depósitos recursais relativos a ações trabalhistas. A companhia constituiu provisão no passivo para suportar eventuais perdas.

8. IMOBILIZADO

			R\$
	Taxa anual depreciação	2005	2004
Terrenos		650.436	720.361
Edificações	4%	8.792.041	9.125.340
Máquinas e Equipamentos	10%	48.470.912	49.046.543
Móveis e Utensílios	10%	1.593.681	1.753.914
Veículos	20%	246.021	248.032
Armazéns e Silos	4%	89.584.901	89.937.229
Obras em andamento		15.655	199.088
Direitos de Propriedade		176.589	157.220
Equipamentos de Informática	20%	359.784	341.839
		149.890.020	151.529.566
(-)Depreciação Acumulada		(112.407.449)	(110.944.645)
TOTAL		37.482.571	40.584.921

A Cia. iniciou o exercício de 2005 com saldo de R\$ 199.088 em obras em andamento e durante o exercício transferiu o saldo para o imobilizado fixo sendo utilizada as taxas de depreciação correspondentes.

Ainda em 2005 ocorreram baixas no imobilizado por força de alienações provenientes de leilões oficiais de bens móveis e dos imóveis de Bocaiúva e Jaíba, cujo resultado líquido, ganho ou perda, está apresentado no balanco pelo valor de R\$ 311.890.

9. PARCELAMENTOS A PAGAR

O parcelamento de dívida junto à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, em 60 meses, começou a ser pago em abril de 2001. Em 31 de dezembro de 2005 restam 3 parcelas, no total de R\$ 290.490 registradas no passivo circulante.

10. PARCELAMENTO REFIS

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o saldo devedor do REFIS é como segue:

		R\$
	2005	2004
Débito total	10.849.942	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	(5.310.145)	(5.310.145)
Dívida Consolidada	5.539.797	5.539.797
Acréscimo(decréscimo) da dívida	153.515	(3.976)
Pagamento de parcelas no exercício	(205.712)	(227.464)
Atualização TJLP no exercício	367.737	384.955
Saldo devedor REFIS	5.855.337	5.693.312
Dividido em:		
Passivo Circulante	225.000	225.000
Exigível a Longo Prazo	5.630.337	5.468.312



11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA

A empresa mantém provisão para contingências registrada no Passivo Circulante, de R\$ 2.500.000 e, no Exigível a Longo Prazo, de R\$ 1.927.152, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo das contas de depósito dos valores bloqueados pela Justiça do Trabalho para garantir o pagamento de indenizações de ações trabalhistas que estão *sub-júdice* totaliza R\$ 1.382.414

Em 2005 foram liquidadas ações trabalhistas, por acordo nos autos ou por execução de sentença, no valor total de R\$ 1.704.321.

13. PROVISÃO PARA TRIBUTOS A RECOLHER

ISSON e IPTU a recolher Prefeitura de Frutal

R\$ 673.261

O ISS e o IPTU a recolher referem-se a débitos mantidos junto à Prefeitura de Frutal, desde 1991, que estão sendo discutidos judicialmente. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia há boas perspectivas de se concluir em 2006 as negociações com a Prefeitura para solucionar a pendência envolvendo créditos recíprocos.

14. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2005 o Capital Social, no valor R\$ 161.176.620, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

15. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2005, de R\$ 432.521, decorrem basicamente de despesas com Auto de Infração referente FGTS e Salário Educação de 1993 à 2003 de trabalhadores avulsos; salários e encargos sociais sobre os serviços de terceiros e estorno de encargos sociais relativo convênio cobrados à maior.

16. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	2005	2004
Despesas Financeiras	(580.216)	(869.324)
Juros,VM pagos ou incorridos	68.669	330.916
- Multas dedutíveis e indedutíveis	50.041	62.467
TJLP sobre REFIS	367.737	384.955
Comissões, despesas bancárias e outras	93.769	90.986
Receitas Financeiras	827.587	483.053
Taxa de Permanência	161.927	132.040
Apropriação de juros e multas	323.414	347.180
Renda de aplicação financeira	342.246	3.833
Total	247.371	(386.271)



17. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2005 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

18. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 9.656 e R\$ 6.800, respectivamente, e dos Empregados são de R\$ 3.605 e R\$ 386, respectivamente.

DIRETORIA

CÉLIO GOMES FLORIANI

Diretor-Presidente

DANILO DE SIQUEIRA CAMPOS

Diretor Técnico Operacional

DANUZA BIAS FORTES CARNEIRO

Diretora Administrativa

SEBASTIÃO MARTINS FERREIRA JUNIOR

Diretor Financeiro

Contadora: VANDA LÚCIA BATISTA

CRC- 56.389



PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

AGUIAR FERES

RIBETRÃO PRETO Rua Viscondo do Uthalma, 498 - Conjunto 1805 Rberão Preto - SP - Con 14810-100 (16) 622.3100 (16) 692.3111

SÃO PAULO Avenda Fagundos Filho, 252 – Conjunto 48 São Paulo - 39 – Cop 84304-980 (11) 5595.1421 (11) 5595.1079 SAO LUIS Rua Padireo Cunha, 3799 - Conjunto 410 São 205 - MA - Cap 85076-330 (90) 3227 3525 - (56) 3235 7850

e-mail: aguiarterest)audiplangroup.com.br nome-page: www.audiplangroup.com.br CVM 9.555 BACEN CRC-SP CRCSSP022486/D-4

Ilmos. Srs. Acionistas e Administradores da COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS BELO HORIZONTE - MG

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- 1. Examinamos o Balanço Patrimonial da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, encerrado em 31 de dezembro de 2005, e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Património Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Conforme demonstrado nas notas explicativas "5" e "6", a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 4,224,365 (quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais), sendo R\$ 2.388.528 (dois milhões, trezentos e citenta e cito mil, quinhentos e vinte e oito reais) proveniente de desapropriações de Imóveis por Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais e R\$ 1.835.837 (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais) proveniente de cobranças judiciais de Prefeituras Municipais e clientes, pelo direito de concessão de uso de armazéns de propriedade da Companhia e por duplicatas vencidas. A entidade possui uma Provisão Contábil para estes créditos, no montante de RS 618,138 (seiscentos e dezoito mil, cento e trinta e oito reais), constituída com base em parecer formal de sua assessoria jurídica, onde esta mantêm o entendimento e fundamentação legal no paragrafo 5.o, art. 176, da Lei 6.404/76 e art. 9, da Lei 9.430/98, além da grande perspectiva que existe, por parte da Administração, de se concretizar negociações formais com as Prefeituras Municipais, a partir do exercício de 2006, para o recebimento dos referidos valores. Assim sendo, não nos é possível formar juízo de opinião se a Provisão constituída é suficiente para fazer face à não realização destes direitos, em caso de eventual perda das ações, fulcrado nos termos do Inciso I, art. 183, da Lei 6.404/76.
- 4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, exceto quanto aos efeitos mencionados no parágrafo 3, representam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimonio líquido e as origens e aplicações de seus recursos no exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira.



PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

AGUIAR FERES

RIBEIRÁO PRETO Rua Masande de Inhauma, 460 - Corpunto 1305 Ribeiráo Freto - SP - Cop 14030-100 (16) 692,3100 - (16) 632,3111

SÃO PAULO Averida Fagundas F81a, 252 - Conjunto 48 São Paulo - SP - Cep 04304-939 (11) 5585.1421 (11) 5585.1079 SÃO LUIS Rua Patrico Cunha, 3799 - Conjunto 4U São Luis - MA - Cea 65076-330 (98) 3227.3525 - (98) 3235.7658

e-mail: eguiarferes@eudiplarigroup.com.or frome-page: www.audiplangroup.com.or CYM 9.555 BACEN CRC-SP CRCSSP022466/0-4

- 5. As Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 24 de fevereiro de 2005, continha a ressalva, mencionada no parágrafo 3 e mais 2 (duas) ressalvas, conforme reproduzimos a seguir:
 - a) "Não nos foram apresentadas todas as certidões de registro dos imóveis da companhia, com o objetivo de confirmar a sua propriedade e verificar a eventual existência de ônus sobre os mesmos. A companhía nos informou existir o total de R\$ 25.468.326 de imóveis com pendências em processos de regularização. Apesar da existência de controle físico sobre os bens do imobilizado, a extensão de nossos trabalhos não abrangeu a inspeção física dos referidos bens com o objetivo de confirmar a validade dos controles e o valor dos bens contabilizados".

Em relação a este assunto, a companhia nos apresentou as certidões dos registros de todos os îmóveis das filiais, e não constatamos irregularidades e a existência de ônus sobre os mesmos. Portanto, esta ressalva deixa de existir.

b) "Até a data de conclusão de nossos trabalhos não haviamos recebido de clientes a confirmação de saldos de contas a receber, no total de R\$ 759.826, para fins de comparação com os registros contábeis da companhia. O recebimento dessas confirmações constitui procedimento de auditoria requerido nas circunstâncias".

Em nossos trabalhos, efetuamos o procedimento de circularização e obtivemos a confirmação formal dos clientes, além da execução de testes substantivos e de eventos subsequentes nos saldos contábeis de Contas a Receber. Portanto, esta ressalva deixa de existir.

 Em 26 de maio de 2000, o controle acionário da Companhia, que era, então, detido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, foi transferido para o Governo Federal. Adicionalmente, cabe ressalta que a entidade está incluída no PND – Programa Nacional de Desestatização.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2006.

AGUIAR FERES Auditories Independentes S/S CRC2SP022486/O-4 CVM - 9555 Tanagildo Aguiar Feres Contador – CRC1SP067138/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O presente Relatório de Administração consubstancia as principais informações sobre a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais e o seu desempenho em 2005, enfocando as ações empreendidas para o alcance dos objetivos e metas constantes do seu Programa de Desenvolvimento Estratégico relativo ao biênio 2005/2006.

Após um período extremamente favorável, o agronegócio brasileiro passou por fortes turbulências em 2005, provocadas por problemas climáticos, cambiais e sanitários, associados à queda nos preços das principais *commodities* e ao aumento dos custos de produção. Também contribuíram para a redução da competitividade do setor os juros elevados e as deficiências de logística e infra-estrutura, notadamente nas áreas portuária e de transportes.

A CASEMG não ficou imune a essas dificuldades, mas continuou apresentando evolução em quase todos os seus indicadores de desempenho, com reflexos positivos na manutenção da taxa de ocupação de seus armazéns, na redução do endividamento, na retomada da possibilidade de realizar os investimentos em modernização e ampliação de sua capacidade produtiva e na consolidação da reorganização operacional e administrativa.

As demonstrações contábeis de 2005 refletem o bom desempenho da Empresa, tanto comparativamente aos anos anteriores quanto pela evolução dos indicadores patrimoniais, econômicos e financeiros, malgrado as adversidades setoriais conjunturais.

Influenciado pelos diversos fatores que prejudicaram o desempenho do agronegócio em 2005, o resultado do exercício foi deficitário, contrariando as expectativas externadas no encerramento de 2004 e as metas estabelecidas no Programa de Desenvolvimento Empresarial. Verificou-se, na comparação com o ano anterior, considerável redução da receita de serviços, provocada pela menor movimentação de produtos nos armazéns, pela diminuição drástica no volume de produtos transbordados e pelo decréscimo das receitas com *ad valorem*. A este fato somou-se a perda contábil registrada pela alienação de imóvel não de uso, a qual não pôde ser compensada com ganhos no Ativo Imobilizado pela venda de outros imóveis, em face da frustração e adiamento dos negócios.

O resultado operacional foi discretamente deficitário, apesar da redução nos dispêndios correntes e de capital, indicando que a Empresa, mesmo diante do cenário adverso observado, alcançou o equilíbrio, estando em condições de alcançar seus objetivos estratégicos de equacionamento econômico-financeiro, modernização da gestão, otimização da capacidade instalada e ampliação das bases do negócio.

Renova-se, assim, a confiança de que o apoio e a determinação dos funcionários, parceiros e acionistas levarão a CASEMG ao cumprimento pleno de sua missão institucional e à materialização de resultados que satisfaçam suas expectativas.

As Demonstrações Contábeis de 2005 atestam o bom desempenho da CASEMG no exercício, apesar do resultado operacional voltar a apresentar-se deficitário, em montante equivalente 0,20% do Patrimônio Líquido, evidenciando, na comparação com os anos anteriores, a manutenção da trajetória de redução do endividamento e das despesas, ancorada na racionalização e modernização administrativa, aproximando-se do equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ativo Circulante

Em relação aos saldos de 31/12/2004, verifica-se redução no ativo circulante de 14,91%, de R\$ 4.882 mil para R\$ 4.154 mil, decorrente do decréscimo do saldo da conta de Clientes, de R\$ 1.407 mil em 2004 para R\$ 988 mil em 2005 - devido à notável redução da inadimplência - e da diminuição de Outros Créditos e Valores, de R\$ 473 mil para R\$ 277 mil, por força das amortizações dos imóveis alienados a terceiros, especialmente o de Unaí.

Ativo Realizável a Longo Prazo

A conta não apresentou variação relevante.

Ativo Imobilizado

A redução de 7,64% do Ativo Imobilizado origina-se na depreciação de bens, no valor de R\$ 3.335 mil e também nas baixas efetuadas no período, relativas à alienação e desapropriação de imóveis. Entretanto, esta redução foi parcialmente compensada pela adição de R\$ 796 mil nesta rubrica, correspondente aos investimentos em manutenção e modernização das Unidades de Armazenagem e Negócios e da Sede Administrativa.

Passivo Circulante

Apresenta redução de 22,44%, de R\$ 5.664 mil para R\$ 4.393 mil, decorrente da amortização e liquidação de dívidas. A liquidação de ações judiciais, no valor de aproximadamente R\$ 1.700 mil, foi compensada pela transferência de igual montante do Passivo Exigível a Longo Prazo, mantendo-se a provisão para contingências trabalhistas em R\$ 2.500 mil, em função da proximidade da execução da maioria das ações originadas do não cumprimento do dissídio de 1991.

Passivo Exigível a Longo Prazo

A redução de 17,70%, de R\$ 10.001 mil para R\$ 8.230 mil é função, essencialmente, da transferência, para o Passivo Circulante, de parte das provisões para contingências trabalhistas.

Patrimônio Líquido

O decréscimo de 2,31% no PL, de R\$ 35.349 mil para R\$ 34.534 mil, decorre do prejuízo do exercício, de R\$ 382 mil e de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 432 mil.

Índices Financeiros

Verifica-se a expressiva melhoria da estrutura patrimonial, atestada pela redução da necessidade de capital de giro de terceiros e pela elevação dos índices de garantia e de imobilização do Patrimônio Líquido. Igualmente, a evolução da estrutura financeira fica evidenciada pelos crescentes índices de liquidez e declinantes índices de endividamento, resultado do persistente processo de saneamento. Tais indicadores, combinados com as medidas já implementadas de racionalização e reorganização operacional e administrativa, permitem afirmar que a CASEMG está pronta para gerar resultados positivos em caráter consistente e duradouro.

A Administração



Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais Rua Timbiras, 1754 – 14º/15º andares 30140-061 – Belo Horizonte/MG F: (31)3272.2834 – 3272.2835 – Fax: (31)3272.2829 E-mail: <u>presidencia@casemg.com.br</u> <u>www.casemg.com.br</u>